

Informações Trimestrais - ITR

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

30 de setembro de 2018
com relatório sobre a revisão das informações
trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR, emitido com abstenção de conclusão

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Em função dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Conforme mencionado anteriormente neste parágrafo, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusao

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte (“Econorte”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”), em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juizes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, o qual investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

Adicionalmente a esses fatos, em 4 de outubro de 2018, por meio do Decreto n.º 11.239/18, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, o Governo do Estado declarou intervenção na concessionária Econorte pelo prazo inicial de até 180 dias, posteriormente alterada para “inspeção” por decisão da Justiça Federal do Paraná. Não competirá ao inspetor o exercício de nenhum ato de gestão da Econorte.

As ações para a investigação interna coordenada pelo Comitê Independente ainda se encontram em andamento e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação, bem como pelas investigações conduzidas pelas autoridades públicas. Desta forma, temos incertezas significativas e generalizadas dos possíveis efeitos que as denúncias, suspeitas de atos ilícitos e vantagens indevidas podem suscitar sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Além disso, o processo de investigação interna da Companhia inclui como custodiantes (investigados) os executivos responsáveis por firmar representação, conforme requerido pelas normas de revisão.

Abstenção de conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo incluído na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1.1 i), 1.3 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCERT, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018. Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e controladas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1, 13 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, onde a Administração detalha o plano para continuidade operacional da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. visto ao descumprimento de suas obrigações financeiras e/ou exposição negativa de capital circulante líquido. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº3 i), o prazo da concessão operada pela controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. se encerrou em 3 de julho de 2017. A partir dessa data as operações desta controlada foram realizadas por força do 14º aditivo ao contrato original de concessão por um período adicional de 12 meses que se encerrou em 3 de julho de 2018. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, além da alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1.1 ii) e 3 v) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito nas referidas notas explicativas. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de

suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2.6 foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 15 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância do assunto incluído na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Conseqüentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

São Paulo, 06 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	21
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	71
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	75
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.493
Preferenciais	0
Total	2.493

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2016	Dividendo	23/02/2018	Ordinária		0,26752
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2018	Dividendo	17/08/2018	Ordinária		0,19462

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.605.947	1.859.860
1.01	Ativo Circulante	37.246	150.454
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	421	3.782
1.01.03	Contas a Receber	3.699	124.200
1.01.03.01	Clientes	1.142	123.173
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.557	1.027
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	15	54
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	1.853	950
1.01.03.02.03	Outros creditos	689	23
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.671	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.671	2.913
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.455	19.559
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	30.455	19.559
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	30.455	19.559
1.02	Ativo Não Circulante	1.568.701	1.709.406
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	488.548	655.791
1.02.01.04	Contas a Receber	16.978	18
1.02.01.04.02	Depósitos Judiciais	10.723	18
1.02.01.04.03	Outros creditos	6.255	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	471.570	655.773
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	471.570	655.773
1.02.02	Investimentos	1.061.987	1.033.976
1.02.02.01	Participações Societárias	1.061.987	1.033.976
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.061.987	1.033.976
1.02.03	Imobilizado	8.220	9.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.220	9.437
1.02.04	Intangível	9.946	10.202
1.02.04.01	Intangíveis	9.946	10.202
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	9.946	10.202

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.605.947	1.859.860
2.01	Passivo Circulante	166.347	302.413
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.863	1.666
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.863	1.666
2.01.02	Fornecedores	1.211	307
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.211	307
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	113.630	126.118
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	89.505	82.634
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	89.505	82.634
2.01.04.02	Debêntures	24.125	43.484
2.01.04.02.01	Debêntures	24.125	43.484
2.01.05	Outras Obrigações	49.643	174.322
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.282	14.285
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	14.282	14.285
2.01.05.02	Outros	35.361	160.037
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	113.262
2.01.05.02.05	Outros débitos	35.005	40.065
2.01.05.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	356	6.710
2.02	Passivo Não Circulante	269.483	352.107
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	38.158	48.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	38.158	48.435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	38.158	48.435
2.02.02	Outras Obrigações	150	14.317
2.02.02.02	Outros	150	14.317
2.02.02.02.04	Outros débitos	150	14.317
2.02.04	Provisões	231.175	289.355
2.02.04.02	Outras Provisões	231.175	289.355
2.02.04.02.04	Provisões sobre Patrimônio Líquido negativo de controladas	231.175	289.355
2.03	Patrimônio Líquido	1.170.117	1.205.340
2.03.01	Capital Social Realizado	832.085	832.085
2.03.01.01	Capital Social	842.979	842.979
2.03.01.02	(-) Ações em tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02	Reservas de Capital	2.546	13.188
2.03.02.07	Reservas de capital	2.546	13.188
2.03.03	Reservas de Reavaliação	64.140	85.014
2.03.04	Reservas de Lucros	271.346	275.053
2.03.04.01	Reserva Legal	32.224	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	205.357	242.829
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	33.765	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.785	-86.635	-322.363	-751.464
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.636	-38.053	-10.752	-29.833
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.172	-16.745	-5.517	-11.972
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.207	-9.616	-2.406	-7.256
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.662	-8.455	-2.066	-6.688
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-1.066	-1.289	-111	-348
3.04.02.05	Amortização do Intangível	117	-9	-63	-300
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-646	-1.939	-589	-3.269
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.532	12.620	3.357	12.145
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.532	12.620	3.357	12.145
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.216	-34.611	-311.810	-650.954
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-563	-1.093	-48	-1.281
3.04.05.02	Outras Despesas Não Recorrentes	-31.653	-33.518	-311.762	-649.673
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.465	-26.591	-3.158	-82.822
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.465	-26.591	-3.158	-82.822
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-65.785	-86.635	-322.363	-751.464
3.06	Resultado Financeiro	1.635	4.408	-6.004	-98.125
3.06.01	Receitas Financeiras	6.402	22.113	4.384	26.496
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.402	22.113	4.384	26.496
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.767	-17.705	-10.388	-124.621
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.767	-17.705	-10.388	-124.621
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-64.150	-82.227	-328.367	-849.589
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	50.191	50.191
3.08.02	Diferido	0	0	50.191	50.191
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.150	-82.227	-278.176	-799.398
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.623	10.897	23.240	-20.917
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	7.623	10.897	23.240	-20.917
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-56.527	-71.330	-254.936	-820.315

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,32579	-0,41111	-1,46932	-4,72786
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,32579	-0,41111	-1,46932	-4,72786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-56.527	-71.330	-254.936	-820.315
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.353	16.235	11.299	33.804
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	10.353	16.235	5.085	15.164
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	0	0	6.214	18.640
4.03	Resultado Abrangente do Período	-46.174	-55.095	-243.637	-786.511

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-52.976	-24.240
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.883	-16.209
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-71.330	-820.315
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	1.289	348
6.01.01.05	Amortização do Intangível	6	300
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	127	34.031
6.01.01.07	Amortização do ágio	1.766	3.269
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12.792	12.981
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-12.005	-950
6.01.01.10	Perda na baixa de investimentos	0	594.616
6.01.01.11	Perda na baixa de recebíveis	0	13.326
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.591	82.822
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-50.191
6.01.01.14	Amortização de custo de emissão de debêntures	0	567
6.01.01.15	Valor Justo Instrumentos Financeiros	0	92.070
6.01.01.16	Resultado de Operações Descontinuadas	-10.896	20.917
6.01.01.17	Provisão para devedores duvidosos	31.777	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.093	-8.031
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	8.273	1.081
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	242	-2.948
6.01.02.05	Fornecedores	904	214
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas	0	2.199
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	197	424
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-6.354	-1.175
6.01.02.10	Ativos de operações descontinuadas	-6.419	148
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-19.232	-7.974
6.01.02.12	Deposito judicial	-10.704	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.186	35.492
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-109.664	-33.558
6.02.03	Recebimento da venda de investimento	121.565	0
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	72.675
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-199	-55
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-1.516	-3.570
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	39.429	-11.560
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-80.209	0
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-540.040	-105.584
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	682.774	102.814
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	11.748	713
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-31.534	-5.818
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-3.310	-3.659

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.11	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	-26
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.361	-308
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.782	350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	421	42

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.642	33.765	7.272	5.712	36.107
5.04.08	Constituição de reserva de dividendos	0	0	33.765	0	0	33.765
5.04.09	Plano de opção de ações	0	-7.272	0	7.272	0	0
5.04.10	Ganho (Perda) no aumento de capital	0	-3.370	0	0	5.712	2.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.744	-26.586	-71.330
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	26.586	-26.586	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	16.235	-16.235	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	10.351	-10.351	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-37.472	37.472	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-37.472	37.472	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-8.348	271.346	0	64.140	1.170.117

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	303.923	0	0	0	303.923
5.04.08	Realização de ágio em transações de capital	0	303.923	0	0	0	303.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-777.853	-33.804	-811.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-811.657	0	-811.657
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	33.804	-33.804	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação reflexa	0	0	0	15.164	-15.164	0
5.05.02.07	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	18.640	-18.640	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	2.294	0	-705.413	327.997	467.857

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	7.429	45.949
7.01.02	Outras Receitas	7.429	45.949
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	26.586	33.804
7.01.02.02	Outras Receitas	12.620	12.145
7.01.02.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-31.777	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.006	-661.067
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.321	-10.113
7.02.04	Outros	-2.685	-650.954
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.577	-615.118
7.04	Retenções	-3.237	-3.917
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.237	-3.917
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.814	-619.035
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-4.478	-6.135
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-26.591	-82.822
7.06.02	Receitas Financeiras	22.113	26.496
7.06.03	Outros	0	50.191
7.06.03.01	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	0	50.191
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-18.292	-625.170
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-18.292	-625.170
7.08.01	Pessoal	16.272	12.179
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.437	10.520
7.08.01.02	Benefícios	1.390	1.314
7.08.01.03	F.G.T.S.	445	345
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.953	3.112
7.08.02.01	Federais	2.866	3.036
7.08.02.02	Estaduais	7	7
7.08.02.03	Municipais	80	69
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.125	125.133
7.08.03.01	Juros	17.705	124.621
7.08.03.02	Aluguéis	352	364
7.08.03.03	Outras	68	148
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-44.745	-786.511
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-44.745	-786.511
7.08.05	Outros	-10.897	20.917
7.08.05.01	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-10.897	20.917

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.235.729	4.589.036
1.01	Ativo Circulante	339.138	659.850
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	178.630	380.114
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa Disponíveis	177.691	376.131
1.01.01.02	Caixa Restrito	939	3.983
1.01.02	Aplicações Financeiras	36.643	25.105
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	36.643	25.105
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras vinculadas	36.643	25.105
1.01.03	Contas a Receber	71.561	214.741
1.01.03.01	Clientes	51.397	194.577
1.01.03.01.01	Cleintes	51.397	194.577
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.164	20.164
1.01.03.02.01	Contas a receber Contratos de concessão	20.164	20.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.764	8.899
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.764	8.899
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	43.540	30.991
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	30.455	19.559
1.01.08.03	Outros	13.085	11.432
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	3.343	4.090
1.01.08.03.02	Outros creditos	9.742	7.342
1.02	Ativo Não Circulante	3.896.591	3.929.186
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	223.497	171.718
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	35	35
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	35	35
1.02.01.07	Tributos Diferidos	189.242	153.218
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	189.242	153.218
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.153	2.603
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	2.153	2.603
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.067	15.862
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	22.831	13.289
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.488	1.488
1.02.01.10.05	Outros creditos	7.748	1.085
1.02.03	Imobilizado	134.158	135.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	134.158	135.397
1.02.04	Intangível	3.538.936	3.622.071
1.02.04.01	Intangíveis	3.538.936	3.622.071
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.538.936	3.622.071

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.235.729	4.589.036
2.01	Passivo Circulante	1.700.663	1.959.207
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.022	25.415
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.022	25.415
2.01.02	Fornecedores	77.054	102.350
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	77.054	102.350
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.313.756	1.382.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.115.760	1.216.374
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.115.760	1.216.374
2.01.04.02	Debêntures	197.996	166.094
2.01.04.02.01	Debêntures	197.996	166.094
2.01.05	Outras Obrigações	245.457	423.070
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.600	61.238
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	34.600	61.238
2.01.05.02	Outros	210.857	361.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.544	114.806
2.01.05.02.06	Outros débitos	57.900	64.173
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	54.274	54.344
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.512	9.466
2.01.05.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	82.627	119.043
2.01.06	Provisões	35.374	25.904
2.01.06.02	Outras Provisões	35.374	25.904
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	35.374	25.904
2.02	Passivo Não Circulante	1.255.927	1.299.019
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	627.399	684.228
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	502.860	418.254
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	502.860	418.254
2.02.01.02	Debêntures	124.539	265.974
2.02.01.02.01	Debêntures	124.539	265.974
2.02.02	Outras Obrigações	114.745	166.820
2.02.02.02	Outros	114.745	166.820
2.02.02.02.03	Notas Promissórias	76.720	117.336
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.794	7.792
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	700	1.647
2.02.02.02.06	Outros débitos	9.964	24.357
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.283	15.688
2.02.02.02.08	Fornecedor	284	0
2.02.03	Tributos Diferidos	210.419	225.742
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	210.419	225.742
2.02.04	Provisões	303.364	222.229
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.410	11.274
2.02.04.01.06	Provisão para demandas judiciais e administrativas	54.410	11.274
2.02.04.02	Outras Provisões	248.954	210.955
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	248.906	210.907
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	48	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.279.139	1.330.810

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	832.085	832.085
2.03.01.01	Capital Social	842.979	842.979
2.03.01.02	(-) Ações em tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02	Reservas de Capital	2.546	13.188
2.03.02.07	Reservas de Capital	2.546	13.188
2.03.03	Reservas de Reavaliação	64.140	85.014
2.03.04	Reservas de Lucros	271.346	275.053
2.03.04.01	Reserva Legal	32.224	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	205.357	242.829
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	33.765	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	109.022	125.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.172	921.858	373.412	1.130.123
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-206.538	-612.955	-219.514	-792.589
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-40.508	-145.431	-48.881	-166.798
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-11.399	-33.935	-10.905	-32.545
3.02.03	Custo de construção	-51.214	-126.799	-72.193	-220.333
3.02.07	Custo com pessoal	-27.418	-87.955	-23.697	-73.767
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-332	-1.116	-97	-281
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-56.109	-156.871	-43.866	-228.535
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-10.099	-28.666	-8.274	-35.663
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-9.459	-32.182	-11.601	-34.667
3.03	Resultado Bruto	92.634	308.903	153.898	337.534
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.951	-204.996	-393.627	-816.626
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.848	-147.918	-52.021	-137.783
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-27.525	-74.597	-28.818	-68.100
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-5.588	-21.767	-5.815	-18.159
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-11.826	-41.436	-12.770	-38.184
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-1.591	-2.660	-859	-2.717
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-1.397	-4.682	-1.945	-6.830
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-780	-2.342	-1.814	-3.793
3.04.02.07	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-141	-434	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	127	5.412	877	3.025
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	127	5.412	877	3.025
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.230	-62.490	-342.483	-681.868
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-765	-1.295	192	-1.282
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-38.465	-61.195	-342.675	-680.586
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.683	103.907	-239.729	-479.092
3.06	Resultado Financeiro	-79.643	-225.280	-95.187	-430.579
3.06.01	Receitas Financeiras	7.088	32.371	3.122	16.704

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.088	32.371	3.122	16.704
3.06.02	Despesas Financeiras	-86.731	-257.651	-98.309	-447.283
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-86.731	-257.651	-98.309	-447.283
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-74.960	-121.373	-334.916	-909.671
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.961	23.976	53.040	96.887
3.08.01	Corrente	-4.517	-27.371	-13.303	-26.445
3.08.02	Diferido	12.478	51.347	66.343	123.332
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-66.999	-97.397	-281.876	-812.784
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.623	10.897	23.240	-20.917
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-59.376	-86.500	-258.636	-833.701
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-56.527	-71.330	-254.936	-820.315
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.849	-15.170	-3.700	-13.386
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,32579	-0,41111	-1,46932	-4,72786
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,32579	-0,41111	-1,46932	-4,72786

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-59.376	-86.500	-258.636	-833.701
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.882	26.586	11.299	33.804
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.882	16.235	5.085	15.164
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	0	10.351	6.214	18.640
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-53.494	-59.914	-247.337	-799.897
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-50.645	-44.744	-243.637	-786.511
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.849	-15.170	-3.700	-13.386

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	264.285	490.633
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	321.576	429.392
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-71.330	-820.315
6.01.01.02	Provisão de devedores duvidosos	32.262	17.283
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-51.347	-123.332
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	4.210	2.998
6.01.01.05	Amortização do intangível	190.219	271.028
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	3.355	35.617
6.01.01.07	Margem de construção	-2.035	-3.554
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	215.739	309.998
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	0	-211
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	43.136	1.914
6.01.01.11	Ganho em quitação de dívida	-2.407	0
6.01.01.12	Perda na Baixa de Investimento	0	594.616
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-947	-1.019
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-15.170	-13.386
6.01.01.15	Amortização do ágio e deságio sobre investimentos	2.342	3.793
6.01.01.16	Perda na baixa de recebíveis	0	31.174
6.01.01.17	Resultado de operações descontinuadas	-10.896	20.917
6.01.01.19	Ajuste a valor justo de devirados e debentures	-16.100	98.900
6.01.01.20	Amortização custos na emissão de debêntures	545	2.971
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.291	61.241
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	21.130	166
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	450	0
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	135	-1.354
6.01.02.05	Fornecedores	-25.012	8.721
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-26.638	45.177
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.607	4.979
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-58.785	-88.785
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	27.371	26.445
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	26.804	59.956
6.01.02.13	Outras variações de passivos	0	33.438
6.01.02.14	Outro Valores a receber	-16.811	-27.502
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-9.542	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	12.986	-163.788
6.02.01	Recebimento da venda de investimentos	121.565	0
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	0	47.863
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-2.697	-834
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-105.882	-204.703
6.02.09	Investimento em controladas e coligadas	0	-6.114
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-475.711	-327.073
6.03.01	Integralização de capital em dinheiro	1.064	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.05	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	-31.777	-989
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	20.328
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-301.594	-207.346
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-63.195	-139.066
6.03.13	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-80.209	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-198.440	-228
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	376.131	69.781
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	177.691	69.553

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.642	33.765	7.272	5.712	36.107	0	36.107
5.04.08	Plano de opção de ações	0	-7.272	0	7.272	0	0	0	0
5.04.09	Constituição de reserva de dividendos	0	0	33.765	0	0	33.765	0	33.765
5.04.10	Ganho (perda) no aumento de capital	0	-3.370	0	0	5.712	2.342	0	2.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-71.330	0	-71.330	-15.170	-86.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330	-15.170	-86.500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-37.472	64.058	-26.586	0	-1.278	-1.278
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	16.235	-16.235	0	0	0
5.06.04	Constituição/utilização da reserva de retenção de lucros	0	0	-37.472	37.472	0	0	0	0
5.06.05	Ajuste da reserva de Avaliação	0	0	0	10.351	-10.351	0	0	0
5.06.06	Outras Transações com os acionistas	0	0	0	0	0	0	-1.278	-1.278
5.07	Saldos Finais	842.979	-8.348	271.346	0	64.140	1.170.117	109.022	1.279.139

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	303.923	0	0	0	303.923	0	303.923
5.04.08	Realização da reserva de capital	0	303.923	0	0	0	303.923	0	303.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-786.511	-33.804	-820.315	-13.386	-833.701
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-820.315	0	-820.315	-13.386	-833.701
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	33.804	-33.804	0	0	0
5.05.02.06	Realização de reserva de reavaliação reflexa	0	0	0	15.164	-15.164	0	0	0
5.05.02.07	Realização do ajuste de avaliação	0	0	0	18.640	-18.640	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	72.440	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos	0	0	-72.440	72.440	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	2.294	0	-714.071	327.997	459.199	122.324	581.523

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	993.995	1.261.311
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	858.281	974.521
7.01.02	Outras Receitas	135.714	286.790
7.01.02.01	Receitas de Construção	128.834	223.887
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	26.586	33.804
7.01.02.03	Outras Receitas	12.071	29.099
7.01.02.04	Provisão Para Devedores Duvidosos	-31.777	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-425.787	-1.152.031
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-157.379	-169.515
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.482	-111.229
7.02.04	Outros	-143.926	-871.287
7.02.04.02	Custos de Construção	-126.799	-220.333
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-17.127	-650.954
7.03	Valor Adicionado Bruto	568.208	109.280
7.04	Retenções	-196.771	-277.819
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-196.771	-277.819
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	371.437	-168.539
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.371	66.955
7.06.02	Receitas Financeiras	32.371	16.764
7.06.03	Outros	0	50.191
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	403.808	-101.584
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	403.808	-101.584
7.08.01	Pessoal	128.246	112.135
7.08.01.01	Remuneração Direta	93.031	79.680
7.08.01.02	Benefícios	22.874	23.390
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.017	6.101
7.08.01.04	Outros	5.324	2.964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.986	74.489
7.08.02.01	Federais	5.281	25.959
7.08.02.02	Estaduais	292	416
7.08.02.03	Municipais	42.413	48.114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	298.388	490.772
7.08.03.01	Juros	257.651	438.280
7.08.03.02	Aluguéis	7.539	11.245
7.08.03.03	Outras	33.198	41.247
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	32.182	34.667
7.08.03.03.02	Outras	1.016	6.580
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-59.915	-799.897
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.745	-786.511
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-15.170	-13.386
7.08.05	Outros	-10.897	20.917
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-10.897	20.917



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.09.2018

A Companhia divulga suas Informações Trimestrais de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standart Board*.

Conforme determina o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a Companhia classificou os investimentos realizados nas controladas destinadas à venda em dezembro/16 (Aerportos Brasil S.A., Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes, Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.) na rubrica “Participações a comercializar”, no ativo circulante das Demonstrações Financeiras da controladora e do consolidado. Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

A Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes teve a sua alienação concluída em outubro/2017. Adicionalmente, a Companhia solicitou em julho/2017 a habilitação do empreendimento de Viracopos ao CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) para futura relicitação nos termos da Lei 13.448/17, realizando a baixa contábil do saldo do investimento em junho de 2017, devido à baixa expectativa de recuperabilidade do ativo.

CONSOLIDADO

A receita bruta consolidada totalizou R\$996,7 milhões, variação de -18,0% em comparação ao resultado dos 9M17, impactada, principalmente, pelo fim das operações da Concepa no início de julho de 2018, pela greve dos caminhoneiros ocorrida ao longo do mês de maio, pela isenção na cobrança dos eixos suspensos e aumento das evasões na Econorte, além da redução da tarifa de pedágio na Concebra em setembro de 2018 (-6,7%). Em contrapartida, os reajustes tarifários aplicados no ano passado em algumas concessões rodoviárias amenizaram os impactos acima destacados.

Adicionalmente, a receita de construção retraiu 42,5% nos primeiros nove meses de 2018, reflexo da ausência de serviços de construção na Concepa desde julho de 2017, como também da elevada base de comparação por conta de receitas relativas a períodos anteriores reconhecidas na Concer em 2017. Dessa forma, a receita líquida ajustada - que exclui a receita de construção - atingiu R\$793,0 milhões nos 9M18, variação de -12,5% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional (R\$ mil)	9M18	9M17	Δ
Arrecadação de Pedágio	858.281	974.521	-11,9%
Construção de Ativos das Concessões	128.834	223.887	-42,5%
Outras Receitas	9.544	16.432	-41,9%
Receita Operacional Bruta (ROB)	996.659	1.214.840	-18,0%
Deduções da Receita Bruta	(74.801)	(84.717)	-11,7%
Receita Operacional Líquida (ROL)	921.858	1.130.123	-18,4%
Construção de Ativos das Concessões	128.834	223.887	-42,5%
Receita Operacional Líquida Ajustada	793.024	906.236	-12,5%

Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais consolidados - excluindo depreciação e amortização, custos de construção e provisão para manutenção - atingiram R\$265,6 milhões nos 9M18 (-3,5% em comparação aos 9M17), reflexo principalmente do fim do contrato de concessão na Concepa. É importante mencionar, ainda, que o crescimento do custo com pessoal foi resultado da internalização pela Concebra dos serviços antes prestados pela Vessel-Log Serviços de Engenharia S.A.

As despesas operacionais consolidadas - excluindo depreciação e amortização e despesas não recorrentes – registraram R\$133,7



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

milhões, 9,0% acima do observado no mesmo período do ano anterior, efeito da contratação de consultorias e assessorias jurídicas e financeiras na Econorte e para o processo de recuperação extrajudicial, parcialmente compensadas pelo encerramento das operações na Concepa.

Cabe ressaltar o impacto de R\$61,2 milhões na linha de Despesas Não Recorrentes, se deu, principalmente, pela atualização da provisão para demandas judiciais mencionada no 2T18 em decorrência do acidente ocorrido na Concer (R\$42,1 milhões no acumulado do ano), bem como da provisão de perda sobre os créditos sub-rogados da Aeroportos Brasil S.A. no leilão reverso (R\$31,8 milhões). Ambos os efeitos foram compensados pela reversão parcial do auto de infração da Concepa no 1T18 (R\$15,2 milhões).

Custos Operacionais (R\$ mil)	9M18	9M17	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(145.431)	(166.798)	-12,8%
Custo com Pessoal	(87.955)	(73.767)	19,2%
Obrigações da Concessão	(32.182)	(34.667)	-7,2%
Custo Operacional	(265.568)	(275.232)	-3,5%
Depreciação e Amortização	(186.653)	(264.479)	-29,4%
Custo de Construção	(126.799)	(220.333)	-42,5%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(33.935)	(32.545)	4,3%
Custo Operacional Total	(612.955)	(792.589)	-22,7%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	9M18	9M17	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(74.597)	(68.100)	9,5%
Remuneração dos Administradores	(21.767)	(18.159)	19,9%
Despesas com Pessoal	(41.436)	(38.184)	8,5%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	4.117	1.743	136,2%
Despesa Operacional	(133.683)	(122.700)	9,0%
Depreciação e Amortização	(10.118)	(13.340)	-24,2%
Despesas Não Recorrentes	(61.195)	(680.586)	-91,0%
Despesa Operacional Total	(204.996)	(816.626)	-74,9%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

A Companhia obteve, portanto, prejuízo líquido de R\$71,3 milhões até setembro (R\$820,3 milhões nos 9M17), uma vez que o resultado financeiro negativo em R\$225,3 milhões superou o lucro operacional de R\$103,9 milhões. Desse modo, o lucro líquido base dividendos atingiu -R\$37,5 milhões nos 9M18.



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	9M18	9M17	Δ
Lucro Operacional	103.907	(479.092)	n/c
Resultado Financeiro	(225.280)	(430.579)	-47,7%
Receitas Financeiras	32.371	16.704	93,8%
Despesas Financeiras	(257.651)	(447.283)	-42,4%
Resultado Antes dos Impostos	(121.373)	(909.671)	-86,7%
Impostos Sobre Lucro	23.976	96.887	-75,3%
Impostos Correntes	(27.371)	(26.445)	3,5%
Impostos Diferidos	51.347	123.332	-58,4%
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	(97.397)	(812.784)	-88,0%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	10.897	(20.917)	n/c
Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Período	(86.500)	(833.701)	-89,6%
Atribuível a:			
Acionistas Não Controladores	(15.170)	(13.386)	13,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(71.330)	(820.315)	-91,3%

Base de Dividendos (R\$ mil)	9M18	9M17	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(71.330)	(820.315)	-91,3%
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	n/c
Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	26.586	33.804	-21,4%
Ajuste de saldo da reserva de capital (Plano de opção de ações)	7.272	-	n/c
Lucro base de dividendos	(37.472)	(786.511)	-95,2%

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”, “Companhia” ou “Controladora”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na nota explicativa 2.3.

1.1. Resumo dos eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2018:

i) Planos de Recuperação Extrajudicial

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (“Concer”), conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

O Leilão Reverso consistente na opção B de pagamento dos Créditos Abrangidos, prevista na cláusula V.3 do Plano de RE, foi realizado no dia 20 de março de 2018.

Foram contemplados R\$250,4 milhões dos Créditos Abrangidos no Leilão Reverso, representando um deságio médio de 55,3% em relação aos R\$112,0 milhões disponibilizados pela Companhia. O pagamento dos créditos contemplados foi suspenso por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJSP”) em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 o TJSP liberou o pagamento aos credores, porém assentou a possibilidade de devolução dos valores caso o Plano de RE não seja homologado em 2ª instância.

Diante desta decisão, em 17 de maio de 2018 a Triunfo depositou em juízo os valores individuais devidos a cada credor contemplado no Leilão Reverso, totalizando o montante de R\$112,0 milhões. No dia 29 de maio de 2018 o TJSP proferiu nova decisão deferindo a expedição das guias de levantamento dos recursos depositados em juízo, porém manteve em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso não ocorra a homologação em 2ª instância. Os valores começaram a ser levantados pelos credores em julho de 2018. Vide nota explicativa 17 para maiores detalhes da Recuperação Extrajudicial.

ii) Recuperação Judicial - Viracopos

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos e Viracopos Estacionamentos (em conjunto “Recuperandas”) protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76 (vide nota explicativa 3, item v).

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas (“Decisão Liminar”), a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no contrato de concessão.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das Recuperandas, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial (protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas em 27 de julho de 2018) e o

Notas Explicativas

prazo de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias foram suspensas.

Em 08 de outubro de 2018 o TJSP deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) no sentido de reformar a Decisão Liminar. Com a publicação desta decisão as Recuperandas avaliam as medidas que serão adotadas para buscar a reversão da decisão.

iii) Encerramento do contrato de concessão – Concepa

No dia 03 de julho de 2018, encerrou-se o período de extensão de 12 meses estabelecido pelo termo aditivo n.º14/2017 (“Aditivo”) ao contrato de concessão celebrado pela sua controlada Concepa e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), posteriormente substituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para a operação dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS).

A Concepa apresentou a sua disponibilidade e realizou tentativas de negociação com a ANTT para continuar operando as rodovias, conforme permite a Lei nº 13.448/17, uma vez que o processo para definição de nova concessionária ainda não havia sido realizado. Contudo, a proposta apresentada pela Agência buscava alterar as bases acordadas no Aditivo, além de alterar a matriz de riscos da concessão, o que inviabilizava a operação e manutenção dos mesmos níveis de serviços prestados ao longo de 21 anos.

Antes do encerramento do contrato, também havia sido ajuizado pela Concepa um pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de vigência da concessão. Em 09 de agosto de 2018, foi deferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF1”) o pedido realizado pela Concepa para reestabelecer o contrato de concessão para operação dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS), até que sejam apreciados administrativamente os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro em análise pela ANTT. No entanto, em 20 de agosto de 2018, em decisão proferida pelo TRF1, foram suspensos os efeitos da decisão que deferiu o pedido realizado pela Concepa para reestabelecer o contrato de concessão.

Novamente, em 11 de outubro de 2018, o TRF1 deferiu o pedido de antecipação de tutela no sentido de reestabelecer o contrato de concessão para operação dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS), cujos os efeitos foram suspensos por decisão do Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 30 de outubro de 2018. Em 01 de novembro de 2018 foi realizado o leilão para a operação da concessão da Rodovia de Integração do Sul (RIS) que engloba os trechos anteriormente administrados pela Concepa, desta forma, não há expectativa de retomada da operação.

Dentre os pleitos que permanecem em análise administrativa e judicial, a Concepa destaca a necessidade de remuneração pelos investimentos realizados na modernização do vão móvel da Ponte do Guaíba e na operação especial para uso do acostamento como faixa adicional de tráfego, além da recomposição do efeito da supressão dos valores de receitas comerciais alternativas da tarifa de pedágio. A Concepa tem desequilíbrios pendentes desde 2003.

Os pleitos têm como fundamento o § 4º do Artigo 9º da Lei n.º 8.987/95 (Lei das Concessões), que determina o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato concomitantemente ao desequilíbrio quando provocado unilateralmente pelo poder concedente (ANTT).

iv) GAG Melhoria – Tijoá

A partir do mês de julho de 2018, a controlada em conjunto Tijoá Participações e Investimentos S.A., responsável por administrar a concessão da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, no interior do Estado de São Paulo, passou a ser beneficiada pela Resolução Normativa nº 818/2018, que dispõe sobre a revisão da receita anual de geração das usinas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência, conhecida como GAG Melhoria, com o objetivo de fazer face aos investimentos em melhorias ao longo do período de concessão. Com esta alteração, a Tijoá apresenta um aumento médio de 50% da receita de geração no trimestre.

Notas Explicativas

v) Reajuste da tarifa de pedágio da Concebra

No dia 04 de setembro de 2018, por deliberação da ANTT, foi determinado o reajuste da tarifa básica de pedágio, conforme previsão contratual. O reajuste correspondente à variação do IPCA e à fatores referentes ao não-cumprimento de parâmetros exigidos em contrato, fazendo com que a tarifa passasse de R\$0,03402 para R\$0,03292 por quilômetro.

A Concebra apresentou proposta de revisão quinquenal do contrato de concessão, para adequar as obrigações contratuais à atual realidade, onde o tráfego foi altamente impactado pelas alterações macroeconômicas no país e o caixa da concessionária pelas alterações nas condições para obtenção dos financiamentos públicos.

1.2. Investigações envolvendo a Companhia e suas controladas

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas subsidiárias Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte (“Econorte”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”). A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração. Foi, ainda, decretada a prisão temporária dos executivos Sr. Hélio Ogama, Presidente da Econorte, e Sr. Sandro Antônio Lima, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e ex-Diretor Financeiro da Econorte.

Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Sr. Sandro Antônio de Lima seu pedido de afastamento temporário, permitindo, assim, a devida apuração dos fatos descritos acima. Os membros do Conselho de Administração da Triunfo designaram na mesma data o Sr. Carlo Alberto Bottarelli para assumir as funções da referida Diretoria. A prisão do Sr. Sandro Antônio de Lima foi revogada em decisão do dia 02 de março de 2018, pela 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, bem como foi indeferido o pedido de prisão preventiva que havia sido formulado pelo Ministério Público Federal (“MPF”).

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou em 06 de março de 2018 o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação. O Comitê é composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, sem função na Companhia, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e comitês de diversas companhias de capital aberto.

Em 08 de agosto de 2018, a Sra. Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho, Diretora da Companhia, passou a exercer as funções de Diretora Administrativo Financeira durante o período em que o Sr. Sandro Antonio de Lima permanecer afastado.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de sua subsidiária Econorte. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018. Foi, ainda, decretada a prisão preventiva do Sr. Luiz Fernando Wolff de Carvalho, presidente do Conselho de Administração da Companhia, posteriormente revogada por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em 08 de outubro de 2018.

O Sr. Luiz Fernando Wolff de Carvalho apresentou a renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração na mesma data da busca e apreensão, sendo substituído nesta função pelo Sr. João Villar Garcia, conforme deliberação do Conselho de Administração em 04 de outubro de 2018, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a controlada Econorte.

Notas Explicativas

As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o MPF pelos réus Nelson Leal Junior (Ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR) e Hélio Ogama, detidos na primeira fase da Operação Integração, bem como por Hugo Ono, ex-*Controller* da Econorte.

A Companhia tem atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes. Os trabalhos de investigação do Comitê Independente permanecem em andamento na data de divulgação destas informações contábeis intermediárias.

1.3. Ações da Companhia para continuidade operacional:

Em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo implementou ações para a melhoria de sua estrutura financeira, compostas por três frentes:

- **Alienação de ativos:**
No início de 2017 a Companhia anunciou ao mercado a intenção de alienação dos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE (vide nota explicativa 13). O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, anteriormente destinado à venda, foi baixado para perda, conforme nota explicativa 3, item v). O ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017.
- **Descontinuidade de ativos:**
No terceiro trimestre de 2017, a Companhia encerrou as atividades e extinguiu as empresas Maestra, NTL e Vessel.
- **Plano de RE:**
O plano desenvolvido é um instrumento previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas (vide nota explicativa 1.1, item i e nota explicativa 17).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto ao Plano de RE, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações contábeis intermediárias em 06 de novembro de 2018.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e o resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Notas Explicativas

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

- **Controladas**

Companhias	30/09/2018		31/12/2017	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,00	-	100,00	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,00	-	100,00	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,00	-	100,00	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,00	-	100,00	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	73,20	-	64,98	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,00	-	100,00	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba") (iv)	-	-	100,00	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,00	-	100,00	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (i)	100,00	-	100,00	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("BR Vias Holding TBR") (i) (ii)	-	100,00	-	100,00
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,00	-	100,00
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,00	-	100,00	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii)	100,00	-	100,00	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	-	100,00	-	100,00
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally") (iv)	-	-	100,00	-
Rio Claro Energia Ltda ("Rio Claro")	100,00	-	100,00	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,00	-	100,00	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,00	-	100,00	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,00	-	100,00	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,00	-	100,00	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,00	-	100,00	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado") (iv)	-	-	100,00	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,00	-	100,00	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,00	-	100,00	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,00	-	100,00	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,00	-	100,00	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,00	-	100,00	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,00	-	100,00	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip") (iv)	-	-	100,00	-

(i) A Dable detém 100,00% de participação na BR Vias Holding TBR.

(ii) A BRVias Holding TBR detém 100,00% de participação na controlada Transbrasiliana.

(iii) A TPI-Log detém 100,00% de participação na TPB.

(iv) As controladas Rio Paraíba, Trevally, Rio Dourado e Terlip não possuíam atividade operacional e foram encerradas em setembro de 2018.

Notas Explicativas

- **Controladas em conjunto**

Companhias	30/09/2018		31/12/2017	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeroportos Brasil S.A. Em Recuperação Judicial ("Aeroportos Brasil") (i)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. Em Recuperação Judicial ("Viracopos") (i)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. Em Recuperação Judicial ("VESA") (i)	-	24,54	-	24,54
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (ii)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Aeroportos Brasil detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
- (ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
- (iii) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Principais políticas contábeis

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações contábeis intermediárias em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, não há impactos relevantes para a Companhia e controladas.

2.6. Reclassificação de valores correspondentes

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, essas informações contábeis intermediárias contêm a reclassificação dos montantes de R\$91.574 de debêntures e R\$117.336 de notas promissórias para o passivo não circulante, originalmente classificados no passivo circulante das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, o saldo de ações em tesouraria (R\$10.894), que originalmente compunha o saldo de reserva de capital de R\$2.294 no patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, passa a ser apresentado separadamente na rubrica de ações em tesouraria.

3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão é de 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços

Notas Explicativas

pelo poder concedente (ANTT) ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

Devido à inadimplência do poder concedente referente a parte das obras já executadas, além dos procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a concessionária possui a expectativa de que o prazo de concessão seja prorrogado. No entanto, em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, que busca anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão.

A Concer obteve uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que preserva o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo poder concedente, é de R\$522.416, classificados no ativo intangível.

Concepa

A Concepa explorou até 03 de julho de 2018 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como *Free Way*, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, foi firmado entre a Concepa e a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres o 14º termo aditivo ao contrato de concessão, que prorrogou por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia. Durante este período a tarifa de pedágio foi readequada e não estava prevista a realização de obras de expansão e investimentos.

Em 03 de julho de 2018 foi concluído o período de prorrogação do contrato de concessão, encerrando todas as operações da concessionária nos trechos anteriormente concedidos da rodovia (vide nota explicativa 1.1, item iii).

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). A Econorte obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos. O objeto da concessão consiste na recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão previsto é 30 anos.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O objeto da é a exploração da infraestrutura

Notas Explicativas

e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão previsto é 25 anos.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias à controlada Concepa até 03 de julho de 2018, quando as operações das concessionárias foram encerradas. A controlada Rio Tibagi presta serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte. Esses serviços são regulados pelo contrato de concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Prestação de serviços de monitoramento

CTVias

A controlada CTVias presta serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo. Esses serviços são regulados pelos Contratos de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iv) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se disponível para venda, vide nota explicativa 13.

v) Administração de aeroportos

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Viracopos assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas ("Viracopos"), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a concessionária Viracopos deve pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 30 de setembro de 2018 é de R\$3.058.622, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Notas Explicativas

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de procedimento de relicitação do contrato de concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos resultou do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto a redução de tarifas sem a devida compensação econômica financeira pelo poder concedente (ANAC) à concessionária concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

A Companhia refletiu em suas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2017 o efeito do reconhecimento de perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, atendendo à norma de Evento Subsequente (CPC 24, item 8). A perda registrada em 30 de junho de 2017 foi de R\$304.483 e representava o valor de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017, devido aos aportes realizados à investida no segundo semestre de 2017. Em 2018 não foram realizados novos aportes no investimento, desta forma, não houve perdas ou baixas reconhecidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização está sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorrerá no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizará o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada em conjunto Viracopos recebeu notificação da ANAC comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76. O objetivo do pedido é preservar os ativos das companhias, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais, na forma do plano de Recuperação Judicial. A consultoria Deloitte Touche Tohmatsu realizou perícia prévia para análise da documentação apresentada, bem como foi nomeada como administradora judicial.

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das companhias, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial e o prazo de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias foram suspensas. Em 27 de julho de 2018, foi protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas o Plano de Recuperação Judicial, para deliberação pelos credores.

No dia 08 de outubro de 2018, em julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi dado provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela ANAC, referente ao impedimento de execução da multa por suposta não efetivação tempestiva de investimentos

Notas Explicativas

previstos na fase I-B do contrato de concessão e das respectivas apólices de seguro (“apólices”) e do processo administrativo tendente à decretação da caducidade da concessão. Como resultado desse julgamento, foi cassada a decisão judicial proferida em 09 de maio de 2018 pela 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas. A Triunfo é contragarantidora das apólices. Com a publicação desta decisão a Companhia e as Recuperandas avaliam as medidas que serão adotadas para buscar a reversão da decisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Disponibilidades	13	4	19.142	33.954
Aplicações financeiras	408	3.778	158.549	342.177
	421	3.782	177.691	376.131

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Caixa restrito

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Caixa restrito - Concer	939	3.983
	939	3.983

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. Em 16 de agosto de 2017 foi assinado o 1º Aditivo ao Acordo de Credores Seniores, sendo alterada a operacionalização do pagamento, por meio de retenção parcial de recursos em conta vinculada, até os limites de cada parcela de amortização. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 43 parcelas mensais por meio do sistema SAC (Sistema de Amortização Constante), com início em agosto de 2017 e pagamento no dia 26 de cada mês até 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Transbrasiliana	8.440	8.389
Econorte	28.238	16.751
	36.678	25.140
Parcela do circulante	36.643	25.105
Parcela do não circulante	35	35

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES (vide nota explicativa 17).

Notas Explicativas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures (vide nota explicativa 18). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	44.934	55.510
Uso da faixa de domínio	-	-	18.236	28.675
Outras contas a receber (i)	1.142	123.173	15.184	136.623
	1.142	123.173	78.354	220.808
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	-	-	(26.957)	(26.231)
Total (ativo circulante)	1.142	123.173	51.397	194.577

- (i) O saldo a receber da Controladora em 31 de dezembro de 2017 refere-se substancialmente a ajuste de preço e *earnouts* da alienação da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (R\$121.565), concluída em 26 de outubro de 2017. Em fevereiro de 2018 foram recebidos R\$31.565 e em 23 de abril de 2018 o saldo de R\$ 90.000 foi liquidado.
- (ii) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliiana relativos a uso de faixa de domínio (R\$13.839), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa ao poder concedente no montante de (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber consolidado por vencimento:

	30/09/2018	31/12/2017
A vencer e vencidos até 90 dias	51.397	194.577
Vencidos há mais de 90 dias	26.957	26.231
	78.354	220.808

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(26.231)	(8.708)
Adições	(726)	(17.523)
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	(26.957)	(26.231)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

8. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de aditivos - Concepa	20.164	20.164
	20.164	20.164

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução

Notas Explicativas

da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. O aditivo previa que, caso não houvesse a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderia ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

Conforme mencionado na nota explicativa 3, item i, as operações da Concepa se encerraram em 03 de julho de 2018. A concessionária mantém as tratativas que buscam o reequilíbrio financeiro de investimentos realizados ao longo do período administrado e ainda não remunerados, incluindo o saldo do 13º termo aditivo (vide nota explicativa 1.1, item iii).

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	-	1.828	1.047
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	469	205
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.642	2.905	3.403	3.551
Programa de Integração Social – PIS	3	-	42	80
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	20	1	205	391
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	2.415	2.746
Outros	6	7	1.890	2.367
	2.671	2.913	10.252	10.387
Parcela do circulante	2.671	2.913	8.764	8.899
Parcela do não circulante	-	-	1.488	1.488

10. Impostos de renda e contribuição social

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	62.173	54.068
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	76.248	59.514
Instrumentos financeiros derivativos	9.790	9.146
Provisão para demandas judiciais e administrativas	17.415	5.976
Amortização de ágio	120	125
	103.573	74.761
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliiana (ii)	23.496	24.389
	189.242	153.218

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$15.559), Concebra (R\$33.583) e Transbrasiliiana (R\$13.031).
- (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliiana.

Notas Explicativas

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2018	14.836
2019	32.247
2020	15.090
	62.173

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Reserva de reavaliação	42.050	53.640
Receita de construção – Aditivos	115.228	114.537
Custos financeiros capitalizados	13.945	14.068
Estorno de amortizações – ICPC 01	39.196	43.497
	210.419	225.742

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/09/2018	31/12/2017
Triunfo	62.444	49.516
	62.444	49.516

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia cedeu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela MP 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela MP 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Foi utilizado o montante de R\$570.645 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$194.019) nos programas de parcelamento citados acima.

Notas Explicativas

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	30/09/2018				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Controladas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(82.227)	(62.792)	(10.513)	34.584	(121.373)
À alíquota fiscal vigente (34%)	27.957	21.349	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
- Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.042)	-	-	-	-
- Adições (exclusões) permanentes, líquidas	3.706	3.135	-	-	-
- Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(30)	-	-	-
- Parcela isenta do IRPJ	-	607	-	-	-
- Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(22.621)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(27.179)	(192)	-	(27.371)
IRPJ e CSLL diferidos	-	52.240	-	(893)	51.347
Total de IRPJ e CSLL	-	25.061	(192)	(893)	23.976
Alíquota efetiva (i)		40%	(2%)		

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido a uma exclusão de R\$5 milhões realizada pela controlada Concepa, decorrente da decisão da Receita Federal que reduz o valor de um auto de infração cuja despesa havia sido adicionada na base de cálculo dos impostos em 2017. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 32%.

	30/09/2017				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Controladas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(849.589)	(188.645)	45.292	83.271	(909.671)
À alíquota fiscal vigente (34%)	288.860	64.138	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
- Resultado de Equivalência Patrimonial	(28.159)	(1.934)	-	-	-
- Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(123.502)	(1.227)	-	-	-
- Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(19)	-	-	-
- Parcela isenta do IRPJ	-	19	-	-	-
- Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(87.008)	(2.895)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(16.878)	(9.567)	-	(26.445)
IRPJ e CSLL diferidos	50.191	74.960	(1.007)	(812)	123.332
Total de IRPJ e CSLL	50.191	58.082	(10.574)	(812)	96.887
Alíquota efetiva		31%	23%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

Notas Explicativas

11. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Credores – Leilão Reverso (i)	10.705	-	10.705	-
Outros depósitos judiciais (ii)	18	18	12.126	13.289
	10.723	18	22.831	13.289

- (i) Depósitos judiciais realizados em favor dos credores dos fundos FLA *Investors*, contemplados no Leilão Reverso do Plano de Recuperação Extrajudicial da Triunfo (vide nota explicativa 17).
- (ii) Depósitos judiciais diversos realizados pelas controladas relacionados a processos de natureza cível, tributária e trabalhista.

12. Transações com partes relacionadas

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura) para a controlada Concepa até o final da concessão, em 03 de julho de 2018.

A controlada Rio Tibagi presta serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte.

A controlada CTVias presta serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo.

Esses serviços foram contratados a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo contrato de concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das controladas Rio Guaíba, Rio Tibagi e CTVias, nos montantes de R\$32.252, R\$910 e R\$3.873, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre companhias consolidadas nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (30/09/2017)
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Econorte	-	-	-	949	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	-	-	-	-	(1.936)
Portonave	-	-	-	-	-	(38)
Concepa (vi)	-	-	-	-	-	(11.201)
Rio Guaiaba (vii)	-	-	-	-	-	(34)
Outros:						
Vênus	-	14.282	-	-	14.282	-
Outros	-	-	-	-	3	-
Concer (xiii)	1.852	-	-	-	-	-
Total do circulante	1.853	14.282	-	950	14.285	(13.209)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	-	-	-	-	-	7.989
Vetorial	-	-	-	-	-	36
Vetria Mineração	-	-	-	-	-	212
BR Vias Holding (iii)	-	-	-	-	-	627
Transbrasiliana (iv)	-	-	-	-	-	3.424
Concepa (v)	-	-	131	-	-	-
Rio Claro (ix)	118.800	-	10.468	340.152	-	1.848
Vênus (x)	-	-	-	-	-	(92.070)
Concer (xi)	5.847	-	531	5.246	-	21
Outros:						
Econorte	8.890	-	5.975	1.218	-	2.826
Rio Tibagi	1.866	-	-	1.866	-	706
Rio Guaíba	982	-	513	467	-	34
Concepa (xii)	173.300	-	2.369	195.889	-	362
Concer (xii)	36.821	-	5.212	31.461	-	3.890
Concer (xiii)	37.079	-	406	-	-	-
Concebra (xii)	36.703	-	4.328	31.979	-	-
Transbrasiliana (xii)	26.958	-	1.364	23.121	-	-
Juno (viii)	15.040	-	-	15.022	-	-
Vênus	8.659	-	-	8.659	-	-
Aeroportos Brasil (xiii)	31.777	-	461	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (xiii)	(31.777)	-	-	-	-	-
Outros	625	-	-	693	-	738
Total do não circulante	471.570	-	31.758	655.773	-	(69.357)
Total	473.423	14.282	31.758	656.723	14.285	(82.566)

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais spread de 3,5% a.a., liquidado em outubro de 2017.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo, liquidado em junho de 2017.
- (iii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2017.
- (iv) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2017.
- (v) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em outubro de 2017.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

- (viii) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (ix) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à Triunfo com as mesmas taxas e condições estabelecidas na escritura original. O saldo foi integralmente liquidado em outubro de 2017.
- (xi) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT). Vide nota explicativa 10, item c).
- (xiii) Contas a receber da controlada Concer e da controlada em conjunto Aeroportos Brasil referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa 17). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa 3, item v).

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (30/09/2017)
Prestação de serviço:						
CTSA (Concebra) (i)	-	-	-	-	10.919	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	28.007	-	-	30.124	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)		1.543		-	1.852	-
CTSA (CT Vias)		1.055				
Mútuo financeiros:						
Portonave	-	-	-	-	-	(38)
Outros:						
THP - Prejuízo fiscal (iii)	-	-	-	-	15.327	-
Sócios minoritários - Concer	-	3.016	-	-	3.016	-
Outros	-	979	-	-	-	-
Total do circulante	-	34.600	-	-	61.238	(38)
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	1.145	-	-	145	-	-
Mútuo financeiros:						
Vetoria	-	-	-	-	-	36
Vetria	-	-	-	-	-	212
Outros:						
Aeroportos Brasil S.A (iv)	31.777	-	-	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (iv)	(31.777)	-	-	-	-	-
Outros	1.008	-	-	2.458	-	323
Total do não circulante	2.153	-	-	2.603	-	571
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Concebra) (ii)	49.226	-	-	74.824	-	-
Total de imobilizado/intangível	49.226	-	-	74.824	-	-
Total	51.379	34.600	-	77.427	61.238	533

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais está participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e são fiscalizados pelo poder concedente.
- (ii) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (iii) Créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social cedidos pela THP – Triunfo Holding de Participações S.A. para a Concepa para abatimentos de débitos no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.
- (iv) Contas a receber referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso (vide nota explicativa 17). A Companhia registrou uma provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos a receber da controlada em conjunto Aeroportos Brasil, devido ao cenário de Recuperação Judicial da investida (vide nota explicativa 3, item v).

Notas Explicativas

13. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detêm participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia reclassificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica “Participações a comercializar” no ativo circulante das demonstrações financeiras da Controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

A alienação da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes foi concluída em 26 de outubro de 2017, pelo valor total de R\$1.421.565, incluindo ajustes de preços contratuais após a data de alienação.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda em 30 de junho de 2017(vide nota explicativa 3, item v).

A Administração se mantém comprometida com o plano de venda do ativo, com isso em 30 de setembro de 2018, as controladas em conjunto Tijoá e CSE permanecem destinadas à venda.

a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

	Controladora e consolidado					Saldo em 31/12/2017
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Ágio gerado na aquisição	Saldo em 30/09/2018	
Tijoá	41.463	50,10%	20.772	6.452	27.224	16.824
CSE	6.449	50,10%	3.231	-	3.231	2.735
Participações a comercializar	47.912		24.003	6.452	30.455	19.559

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício da controlada e do consolidado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

Investimento	Resultado de operações descontinuadas (Controladora e consolidado)	
	30/09/2018	30/09/2017
Tijoá	10.400	5.018
CSE	497	449
Aeroportos Brasil	-	(36.605)
Portonave	-	39.692
Vetria	-	(124)
NTL	-	(8.837)
Maestra	-	(4.940)
Vessel	-	(15.570)
Total	10.897	(20.917)

b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Tijoá	59.261	39.894	26.683	31.010	41.462	20.758
CSE	9.882	1.073	4.506	-	6.449	990

Notas Explicativas

14. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora					
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes 30/09/2018	Investimentos permanentes 31/12/2017
Econorte	110.849	100,00%	110.849	-	110.849	72.654
Rio Tibagi	2.943	100,00%	2.943	-	2.943	3.867
Rio Guaíba	21.668	100,00%	21.668	-	21.668	13.257
Concer (i)	326.262	73,20%	238.823	(17.102)	221.721	242.785
Rio Bonito	11.956	62,50%	7.472	-	7.472	7.723
Concebra	310.422	100,00%	310.422	-	310.422	329.007
Convale	13.527	100,00%	13.527	(13.477)	50	360
TPI-Log (v)	110.414	100,00%	110.414	-	110.414	110.342
Trevally (vi)	-	100,00%	-	-	-	1
Rio Claro	2.739	100,00%	2.739	-	2.739	-
Dable (ii)	216.139	100,00%	216.139	-	216.139	196.229
ATTT (i)	131	64,00%	84	50	134	133
Santa Cruz	20.793	100,00%	20.793	-	20.793	20.792
Terlip (vi)	-	100,00%	-	-	-	2.375
Taboca	4.261	100,00%	4.261	-	4.261	4.263
Tucano	8.892	100,00%	8.892	-	8.892	8.892
Retirinho	2.674	100,00%	2.674	-	2.674	2.674
Guariroba	2.865	100,00%	2.865	-	2.865	2.864
Estrela	2.755	100,00%	2.755	-	2.755	2.755
Mercurio	1	100,00%	1	-	1	1
Minerva	1	100,00%	1	-	1	1
Netuno	1	100,00%	1	-	1	1
CTVias (iv)	59	100,00%	59	11.294	11.353	13.000
Venus	3.840	100,00%	3.840	-	3.840	-
Total Investimentos	1.173.192		1.081.222	(19.235)	1.061.987	1.033.976
Juno (iii)	(15.039)	100,00%	(15.039)	-	(15.039)	(15.022)
Rio Paraíba (vi)	-	100,00%	-	-	-	(311)
Ecovale (i)	-	52,50%	-	(48)	(48)	(48)
Concepa	(216.088)	100,00%	(216.088)	-	(216.088)	(257.837)
Rio Claro	-	100,00%	-	-	-	(1.986)
Venus	-	-	-	-	-	(14.151)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(231.127)		(231.127)	(48)	(231.175)	(289.355)
Total Investimentos Líquido	942.065		850.095	(19.283)	830.812	744.621

- (i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação na BR Vias Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana.
- (iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para participações a comercializar (vide nota explicativa 13).
- (iv) O ágio e a mais valia na aquisição do CTVias, líquidos de amortização (R\$11.294), são reconhecidos no saldo de investimentos na Controladora.
- (v) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB.
- (vi) Controladas extintas em 28 de setembro de 2018.

Investimento	Consolidado			
	30/09/2018		31/12/2017	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Ecovale	(48)	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-	(48)	-

Notas Explicativas**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes 31/12/2017	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Investimentos permanentes 30/09/2018	Resultado de equivalência patrimonial 30/09/2017
Econorte	72.654	30.000	7.247	948	110.849	1.304
Rio Tibagi	3.867	-	(924)	-	2.943	9.866
Concepa	(257.837)	12.300	29.449	-	(216.088)	(15.193)
Rio Guaíba	13.257	-	8.411	-	21.668	25.288
Concer	242.785	5.979	(29.386)	2.343	221.721	(24.542)
Rio Bonito	7.723	-	(251)	-	7.472	(266)
Concebra	329.007	20.725	(39.310)	-	310.422	(56.267)
Convale	360	86	(86)	(310)	50	(68)
Rio Paraiba	(311)	-	-	311	-	-
Ecovale	(48)	1	(1)	-	(48)	-
TPI-Log	110.342	262	(190)	-	110.414	(111)
Trevally	1	7	(8)	-	-	-
Rio Claro	(1.986)	12.449	(7.724)	-	2.739	(3.527)
ATTT	133	1	-	-	134	-
Juno	(15.022)	1	(18)	-	(15.039)	(1)
Santa Cruz	20.792	25	(24)	-	20.793	(10)
Terlip	2.375	20	(2.395)	-	-	(22)
Taboca	4.263	21	(23)	-	4.261	(8)
Dable	196.229	27.611	(7.701)	-	216.139	(13.153)
Tucano	8.892	67	(67)	-	8.892	(78)
Retirinho	2.674	18	(18)	-	2.674	(15)
Guariroba	2.864	15	(14)	-	2.865	(83)
Estrela	2.755	25	(25)	-	2.755	(15)
Vênus	(14.151)	7	17.984	-	3.840	(5.915)
Mercurio	1	20	(20)	-	1	-
Minerva	1	16	(16)	-	1	(1)
Netuno	1	8	(8)	-	1	(5)
CT Vias	13.000	-	(1.473)	(174)	11.353	-
Total Investimentos	744.621	109.664	(26.591)	3.118	830.812	(82.822)

c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da Controladora com consolidado

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Controladora	1.170.117	1.205.340	(71.330)	(820.315)
Participação de acionistas não controladores	109.022	125.470	(15.170)	(13.386)
Consolidado	1.279.139	1.330.810	(86.500)	(833.701)

Notas Explicativas

d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em 30 de setembro de 2018

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Econorte	77.432	296.087	138.236	124.434	110.849	7.246
Rio Tibagi	978	4.208	2.040	200	2.946	(924)
Concepa	25.729	550	235.158	7.209	(216.088)	29.449
Rio Guaíba	21.438	1.846	1.616	-	21.668	8.410
Concer	27.141	1.196.498	231.175	666.202	326.262	(44.403)
Rio Bonito	11.175	877	96	-	11.956	(403)
Convale	51	13.477	1	-	13.527	(86)
Concebra	35.349	1.616.498	1.064.576	276.849	310.422	(39.309)
Dable	-	216.139	-	-	216.139	(7.702)
BRVias Holding	1.493	328.055	82.979	-	246.569	(8.856)
Transbrasiliiana	22.057	593.404	101.065	186.341	328.055	2.349
CTVias	965	5.480	2.981	3.405	59	(1.474)
Venus	14.283	-	8.659	1.784	3.840	17.983
TPI - Log	1	110.413	-	-	110.414	(189)
Santa Cruz	-	20.793	-	-	20.793	(25)
Juno	30.455	-	15.040	-	15.415	10.880
Rio Claro	113.254	8.453	118.968	-	2.739	(7.724)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(67)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(18)
Guariroba	-	2.865	-	-	2.865	(14)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(25)
Taboca	-	4.261	-	-	4.261	(23)
ATTT	-	131	-	-	131	-
Mercurio	1	-	-	-	1	(20)
Netuno	1	-	-	-	1	(8)
Minerva	1	-	-	-	1	(16)
Trevally	-	-	-	-	-	(8)
Terlip	-	-	-	-	-	(2.395)

15. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros	
Custo								
Saldo em 31/12/2017	106.808	21.624	15.087	2.143	4.765	13.507	1.191	165.125
Construções / Aquisições	1	69	591	86	138	1.790	22	2.697
Mais valia (i)	-	-	557	-	-	-	-	557
Baixas	-	-	(7)	(205)	(1.168)	(534)	(18)	(1.932)
Transferências	(377)	377	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2018	106.432	22.070	16.228	2.024	3.735	14.763	1.195	166.447
Depreciação								
Saldo em 31/12/2017	-	(5.839)	(7.061)	(1.575)	(3.871)	(11.088)	(294)	(29.728)
Depreciação	-	(1.491)	(1.033)	(185)	(213)	(1.001)	(215)	(4.138)
Depreciação - Mais valia	-	-	(72)	-	-	-	-	(72)
Baixas	-	-	8	195	1.049	397	-	1.649
Saldo em 30/09/2018	-	(7.330)	(8.158)	(1.565)	(3.035)	(11.692)	(509)	(32.289)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2017	106.808	15.785	8.026	568	894	2.419	897	135.397
Saldo em 30/09/2018	106.432	14.740	8.070	459	700	3.071	686	134.158
Taxas médias de depreciação		4%	10%	10%	20%	20%	10%	

- (i) Mais valia dos ativos da controlada CTVias, identificada na Alocação do Preço de Compra em junho de 2018. A controlada foi adquirida em dezembro de 2017 e a mais valia será amortizada pela vida útil de seus principais equipamentos avaliados.

Notas Explicativas

16. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01-Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização.

Custo	Controladora					
	Ágio na aquisição			Desenvolvimento de projetos (iii)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
	Econorte (i)	Esparta - Rio Guaíba (ii)	Concepa (ii)			
Saldo em 31/12/2017	41.476	267	4.028	485	1.728	47.984
Adições	-	-	-	1.448	68	1.516
Saldo em 30/09/2018	41.476	267	4.028	1.933	1.796	49.500
Amortização						
Saldo em 31/12/2017	(32.343)	(267)	(4.028)	-	(1.144)	(37.782)
Amortização	(1.766)	-	-	-	(6)	(1.772)
Saldo em 30/09/2018	(34.109)	(267)	(4.028)	-	(1.150)	(39.554)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2017	9.133	-	-	485	584	10.202
Saldo em 30/09/2018	7.367	-	-	1.933	646	9.946
Taxas de amortização	0,63%	0,95%			20%	

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% da Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% da Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, e foi integralmente amortizado até junho de 2017, data de término do contrato de concessão.
- (iii) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário.

Notas Explicativas

	Consolidado								Total Consolidado
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (iv)	Projetos de atividades portuárias (v)	Projetos/ Estudos de PCHs (vi)	Outros Intangíveis	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (vii)	Ágio na aquisição do CTVias (viii)	Carteira de clientes (CTVias) (ix)	
Custo									
Saldo em 31/12/2017	47.984	5.868.242	42.774	9.902	327	17.738	11.467	-	5.998.434
Adições	1.516	111.539	-	-	-	-	-	-	113.055
Baixas	-	(972)	(2.366)	-	-	-	-	-	(3.338)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(1.912)	1.355	(557)
Saldo em 30/09/2018	49.500	5.978.809	40.408	9.902	327	17.738	9.555	1.355	6.107.594
Amortização									
Saldo em 31/12/2017	(37.782)	(2.336.389)	-	-	(209)	(1.983)	-	-	(2.376.363)
Amortização	(1.772)	(161.443)	-	-	-	(576)	-	(102)	(163.895)
Amortização - mais valia	-	(28.666)	-	-	-	-	-	-	(28.666)
Baixas	-	266	-	-	-	-	-	-	266
Saldo em 30/09/2018	(39.554)	(2.526.234)	-	-	(209)	(2.559)	-	(102)	(2.568.658)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2017	10.202	3.531.853	42.774	9.902	118	15.755	11.467	-	3.622.071
Saldo em 30/09/2018	9.946	3.452.575	40.408	9.902	118	15.179	9.555	1.253	3.538.936

- (iv) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (v) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (vi) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (vii) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da BR Vias Holding TBR, Controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (viii) Refere-se ao ágio na aquisição de CTVias, realizada em 28 de dezembro de 2017, e a alocação final do preço de compra foi reconhecida em junho de 2018.
- (ix) Refere-se à carteira de clientes identificada na avaliação da alocação do preço de compra da controlada CTVias.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2018 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no último exercício.

Notas Explicativas

17. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/09/2018	31/12/2017
Triunfo (Controladora):				
Fiança Bancária FINEP - FIBRA	Não há	8% a.a.	525	495
Fiança Bancária FINEP - ABC	Não há	CDI+2% a.a.	663	623
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	34.247	30.944
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia (i)	Aval da THP (Triunfo Holding de Participações)	140% do CDI	24.378	22.827
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	2.723	2.568
Fiança Bancária FINEP - Santander (i)	Não há	CDI+1% a.a.	8.295	12.280
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	47.000	47.024
Cédula de crédito bancário - ABC (i)	Não há	CDI+5,8% a.a.	9.832	14.308
Concer:				
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	1.098	1.032
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Aval Pessoas Físicas	CDI + 0,5% a.a.	-	8.669
Cédula de crédito bancário – Avalista	Não há	CDI + 0,5% a.a.	6.536	-
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	1,50% a 8,50% a.a.	274	491
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	597	1.153
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	8.120	8.027
Crédito Bancário - Banco ABC	Não há	CDI + 0,5% a.a.	39.509	39.521
Cédula de crédito bancário - Banco Pine (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	27.886	55.344
Empréstimo Ponte - BNDES A	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	204.710	203.044
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	4.900	13.298
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra (i)	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	6.014	9.345
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI	13.434	15.000
Concebra:				
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	903.569	773.773
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	15.285	24.456
Empréstimo Ponte - BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	26.315	53.963
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	-	80
FINAME - BNDES	Alienação fiduciária dos bens financiados e Aval da Companhia (Triunfo)	7,5% a.a.	1.154	2.653
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	43.906	89.889
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	-	15
Financiamento de imobilizado - CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	-	7
Transbrasiliana:				
Finem - BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	157.151	170.365
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	14.406	16.967
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	-	187
Arrendamento Mercantil - HP Financeira	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,67% a.a.	128	390
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	21,20% a.a.	99	167
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Ações Tijoá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	15.673	15.444
Finame - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas promissórias	13,25% a.a.	159	210
Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	24,78% a.a.	34	69
			1.618.620	1.634.628
Parcela do circulante			1.115.760	1.216.374
Parcela do não circulante			502.860	418.254

- (i) Credores contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018. Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho de 2018, com excessão dos fundos FLA Investors cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país. O saldo residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem compondo os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures e estão sendo atualizados considerando as taxas de juros e correção monetária previstas nos respectivos contratos bilaterais (vide nota explicativa 18), uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.

Notas Explicativas

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2018 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	-	33.070
2020	-	113.361
2021	4.770	240.034
2022	9.540	38.928
A partir de 2023	23.848	77.467
	38.158	502.860

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 30 de setembro de 2018, as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos da Triunfo e de suas controladas foram cumpridas, exceto em relação à dívida da Concebra com o BNDES, que encontra-se vencida. A controlada citada tomou conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor, porém a exigibilidade da dívida já foi controvertida em ações e está sendo negociada judicialmente.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar que nenhum efeito contábil seria registrado com o vencimento das dívidas, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na Controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos de RE”), conforme explicados a seguir.

Planos de Recuperação Extrajudicial:

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

O pedido de homologação dos Planos de RE havia sido protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos.

Notas Explicativas

Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: possui carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência;
- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio da dívida por meio do Leilão Reverso; e
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + spread de 0,5% a.a., sendo que a amortização do principal ocorrerá de 2019 a 2021.

Em relação à Opção B de pagamento, o Leilão Reverso foi realizado no dia 20 de março de 2018 e foram contemplados os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. As dívidas a serem liquidadas nesta operação abrangem dívidas próprias e de controladas em que a Triunfo é avalista. Os valores das dívidas totalizam R\$250,4 milhões e o deságio médio obtido foi de 55,3%. O pagamento dos créditos contemplados foi suspenso por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 o TJSP liberou o pagamento aos credores, porém assentou a possibilidade de devolução dos valores caso o Plano de RE não seja homologado em 2ª instância.

Em decorrência desta decisão, em 17 de maio de 2018 a Companhia depositou em juízo os montantes para liquidação das dívidas contempladas. No dia 29 de maio de 2018 o TJSP proferiu nova decisão deferindo a expedição das guias de levantamento dos recursos depositados em juízo, porém manteve em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso não ocorra a homologação em 2ª instância.

Abaixo está apresentado o resultado das propostas de deságios e valores depositados em juízo, segregados por empresa devedora:

Credor	Devedor originário	Deságio proposto	Saldo atualizado (i)	Deságio	Valor depositado em juízo
Santander	Triunfo	63,10%	12.463	7.864	4.599
FLA <i>Investors</i>	Triunfo	54,00%	23.097	12.472	10.625
BTG	Vessel	52,03%	44.326	23.063	21.263
ABC	Maestra	61,00%	14.544	8.872	5.672
Dívidas Triunfo + Maestra e Vessel (ii)			94.430	52.271	42.159
Pine	Concer	52,20%	54.864	28.639	26.225
Fibra	Concer	63,00%	9.855	6.209	3.646
BCV	Concer	37,00%	13.734	5.081	8.653
Dívidas Concer (iii)			78.453	39.929	38.524
Haitong	Aeroportos Brasil	68,00%	36.783	25.013	11.771
BTG	Aeroportos Brasil	52,02%	40.739	21.192	19.546
Dívidas Aeroportos Brasil (iii)			77.522	46.205	31.317
Total			250.405	138.405	112.000

(i) Saldo atualizado até a data de realização do Leilão Reverso.

(ii) A Maestra e a Vessel eram subsidiárias integral da Companhia com operação descontinuada, que também estavam abrangidas no Plano de RE. Elas foram extintas em agosto de 2017 e a Triunfo assumiu todos os passivos.

(iii) A Concer e a Aeroportos Brasil são subsidiárias da Companhia. As dívidas quitadas nesta opção de pagamento tinham aval da Companhia.

Os valores depositados em juízo foram levantados pelos credores em julho de 2018, com exceção dos fundos FLA *Investors* cuja retirada dos recursos está condicionada à apresentação de fiança bancária, pois são instituições financeiras sediadas fora do país.

Desta forma, no terceiro trimestre de 2018 foram registradas as amortizações dos créditos contemplados no Leilão Reverso, exceto para os créditos dos fundos FLA *Investors*, que

Notas Explicativas

permaneceram compondo o saldo de depósitos judiciais (vide nota explicativa 11). Para os créditos contemplados na qual a Companhia é avalista (Concer e da Aeroportos Brasil), a Triunfo se sub-rogou na posição dos credores, cobrando das investidas os valores depositados em juízo. Os créditos sub-rogados estão reconhecidos na rubrica de partes relacionadas (vide nota explicativa 12). O saldo residual das dívidas contempladas no Leilão Reverso, equivalente ao deságio dado pelos credores na ocasião, permanecem demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debêntures (nota explicativa 18), uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.

Os recursos decorrentes do desinvestimento de ativos, conforme nota explicativa 13, foram utilizados principalmente para a redução do endividamento da Companhia e de suas controladas. O acordo para amortização de dívidas com credores e os Planos de RE estão em linha com essa estratégia, que busca a melhor solução diante do cenário da Companhia para seu endividamento e para sustentabilidade de seus negócios.

18. Debêntures

Emissora	Emissão	Debêntures Emitidas	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Consolidado		
									30/09/2018	31/12/2017	
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	04/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI+3,95%	113.933	166.732	
Vessel-log / Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	09/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA+7,60%	IPCA+8,19%	24.125	43.484	
Concer (iii)	1ª Emissão	200	02/2021	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI+4,82%	102.258	132.653	
BRVias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	12/2021	44.000	-	44.000	IGPM+12%	IGPM + 12%	80.435	69.424	
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	01/2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5%a15,5%	23,64%	1.784	19.775	
				<u>1.282.300</u>	<u>(25.728)</u>	<u>1.256.572</u>			<u>322.535</u>	<u>432.068</u>	
									Circulante	197.996	166.094
									Não circulante	124.539	265.974

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória emitidas em 15 de abril de 2015. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (*Swap*), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 29, item c). Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representam o montante de R\$2.280 (R\$3.360 em 31 de dezembro de 2017). Em junho de 2018 ocorreu a amortização antecipada do montante de R\$30.000, conforme deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, reduzindo o saldo a pagar nas próximas parcelas.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, emitidas em 21 de setembro de 2017. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu a dívida junto aos debenturistas, que estão abrangidos no Plano de RE da Companhia. O saldo devedor das debêntures foi contemplado no Leilão Reverso, realizado em 20 de março de 2018, e o valor para liquidação foi depositado judicialmente em 17 de maio de 2018 (vide nota explicativa 17), o qual foi levantado pelos credores em 06 de julho de 2018. O valor residual equivalente ao deságio dado pelo credor na ocasião, permanece compondo o saldo de debêntures, uma vez que ainda não ocorreu a homologação do Plano de RE em 2ª instância.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, emitidas em 12 de julho de 2013. Os gastos de emissão eram apresentados como redutores do saldo devedor até 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$2.213 naquela data. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012, emitidas em 22 de dezembro de 2010. A parcela de dezembro de 2017 encontra-se vencida. O aval da Triunfo referente às debêntures da Holding TBR está abrangido no Plano de RE (vide nota explicativa 17)
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, composta por duas séries, emitidas em 23 de novembro de 2016. A 1ª série previa remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. somada à variação cambial, e possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave. Desta forma, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017. A 2ª série consiste em prêmio a ser pago no vencimento, calculado sobre o valor das ações da Triunfo. Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar refere-se ao prêmio, mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures (vide nota explicativa 29).

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2018, exceto pelo mencionado no item (iv) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2018, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2019	51.402
2020	64.309
2021	8.828
	<u>124.539</u>

19. Notas Promissórias

Emissora	Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	Consolidado	
					30/09/2018	31/12/2017
Concer	18/01/2016	02/2021	210.000	CDI + 2,00%	130.994	171.680
					130.994	171.680
				Circulante	54.274	54.344
				Não circulante	76.720	117.336

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. A controlada assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

20. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado					30/09/2018
	31/12/2017	Constituição da provisão para manutenção	Efeito do valor presente sobre a constituição	Realização da manutenção	Ajuste a valor presente - realizações	
Econorte	46.238	9.831	2.731	(1.746)	(765)	56.289
Concebra	188.188	26.244	10.387	-	-	224.819
Concer	598	-	-	-	-	598
Transbrasiliana	1.787	369	418	-	-	2.574
Total	<u>236.811</u>	<u>36.444</u>	<u>13.536</u>	<u>(1.746)</u>	<u>(765)</u>	284.280
Circulante	25.904					35.374
Não circulante	210.907					248.906

Notas Explicativas

21. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	2.433	663	4.806
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	3.460	1.609	8.801
Imposto de Renda Retido na Fonte	19	11	898	3.494
COFINS	85	137	2.973	7.852
PIS	14	22	642	1.686
INSS	1	1	1.104	2.430
Imposto Sobre Serviços	2	-	28.847	29.628
Imposto sobre Operações Financeiras	174	534	184	544
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	61	112	454	610
Programa de Regularização Tributária – PRT	-	-	5.508	5.311
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	34.414	54.855
Outros impostos e contribuições	-	-	18.125	6.818
	356	6.710	95.421	126.835
Parcela do circulante	356	6.710	82.627	119.043
Parcela do não circulante	-	-	12.794	7.792

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	30/09/2018
Processos cíveis	5.920	43.803	(950)	(1.555)	47.218
Processos tributários	1.083	532	-	-	1.615
Processos trabalhistas	4.271	1.931	(218)	(407)	5.577
Total provisão	11.274	46.266	(1.168)	(1.962)	54.410

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

As adições de processos cíveis no primeiro semestre de 2018 referem-se principalmente a alteração na expectativa de probabilidade de perda de ações cíveis individuais e coletivas em decorrência de acidente ocorrido no trecho de rodovia administrado pela controlada Concer.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$233.577 e R\$201.715 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração,

Notas Explicativas

observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de setembro de 2018 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, com prazo até março de 2019. Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do programa, para realizar a aquisição das ações.

Até 30 de setembro de 2018 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado em algumas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica "Lucros acumulados" integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia demonstrava na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial o ajuste ao custo atribuído da Portonave, controlada em conjunto alienada em 2017. O ajuste ao custo atribuído da Portonave havia sido registrado de acordo com ICPC 10 e CPC 37, e estava sendo realizado na medida da depreciação da respectiva mais valia na investida.

Em decorrência da alienação do investimento, o ajuste de avaliação patrimonial reflexo foi totalmente realizado pela Companhia no exercício de 2017.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(71.330)	(820.315)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.506.600	173.506.600
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	-	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	-	(2.000.000)
Resultado por ação – básico	(0,41111)	(4,72786)
Resultado por ação – diluído	(0,41111)	(4,72786)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(0,47391)	(4,60731)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	0,06280	(0,12055)

Até setembro de 2017 estava vigente um plano de opção de compra de ações, para o qual o Conselho de Administração havia aprovado outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. As despesas referentes às opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

Notas Explicativas

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro (Prejuízo) líquido	(71.330)	(820.315)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	16.235	15.164
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	10.351	18.640
(+) Reversão do Plano de opção de compra de ações	7.272	-
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(37.472)	(786.511)
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de cálculo de dividendos	(37.472)	(786.511)

Conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, foi aprovada a distribuição de 12,5% do lucro base de dividendos de 2017, e o valor excedente ao mínimo obrigatório foi destinado à reserva especial de dividendos não pagos.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$113.262, composto pelo montante de R\$45.724 referente ao exercício social de 2015, pago em fevereiro de 2018, e de R\$67.538, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório provisionado em 2017, pago em abril e agosto de 2018.

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	858.281	974.521
Construção de ativos das concessões de rodovia	128.834	223.887
Outros	9.544	16.432
	996.659	1.214.840
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(74.801)	(84.717)
	921.858	1.130.123

a) Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

b) Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

Notas Explicativas

A Companhia também avaliou que não está prevista no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

c) Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

- Nova norma de reconhecimento de receitas

Desde 1º de janeiro de 2018, está em vigor o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), que não apresenta impactos significativos para as controladas da Companhia.

25. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.940. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.044	4.290	11.895	11.625
Encargos sociais	1.590	858	2.693	1.650
Benefícios diretos e indiretos	80	165	1.469	947
Participações nos resultados	3.902	1.943	5.710	3.937
	9.616	7.256	21.767	18.159

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	344	-	10.136	2.840
Valor justo debêntures	-	-	17.990	-
Instrumentos derivativos	-	-	1.799	2.327
Juros recebidos	-	-	52	1.501
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	11.244	14.157	397	8.157
Outros juros e descontos obtidos	10.525	12.339	1.997	1.879
	22.113	26.496	32.371	16.704
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(29.821)	(39.360)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(13.775)	(29.602)	(178.685)	(273.338)
Instrumentos derivativos	-	-	(3.691)	(2.369)
Valor justo debentures (fair value options)	-	(92.070)	(5.517)	(97.353)
Impostos sobre operações financeiras	(940)	(1.373)	(16.134)	(2.425)
Outros juros, multas e atualizações	(2.990)	(1.576)	(23.803)	(32.438)
	(17.705)	(124.621)	(257.651)	(447.283)
Resultado financeiro	4.408	(98.125)	(225.280)	(430.579)

Notas Explicativas

27. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total LMI (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	89.093	-	-	90.869	-	189.962
Concer	19.406	109.701	25.000	-	-	-	154.107
Concepa	-	-	-	-	-	6.400	6.400
Concebra	10.000	74.246	10.000	-	-	-	94.246
Transbrasiliana	10.000	47.735	29.497	-	64.295	-	151.527
Triunfo	-	-	-	40.000	-	7.000	47.000
Total R\$	49.406	320.775	64.497	40.000	155.164	13.400	643.242

- (i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

28. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Controladora no período findo em 30 de setembro de 2018 totalizam R\$1.884 (R\$6.519 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.608 (R\$7.604 no consolidado) respectivamente. As contribuições da Controladora no período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$1.698 (R\$7.524 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$1.962 (R\$ 8.465 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2018 é de 836 participantes (1.005 participantes em 31 de dezembro de 2017).

29. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 6)	36.678	25.140	36.678	25.140
Total	36.678	25.140	36.678	25.140
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 17)	1.618.620	1.634.628	1.618.620	1.634.628
Debêntures (nota explicativa 18)	322.535	432.068	322.535	432.068
Notas promissórias (nota explicativa 19)	130.994	171.680	130.994	171.680
Dividendos	1.544	114.806	1.544	114.806
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota explicativa 29, item c)	28.795	25.154	28.795	25.154
Total	2.102.488	2.378.336	2.102.488	2.378.336

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	30 de setembro de 2018		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente e observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/ Passivos mensuráveis a valor justo			
Derivativo (<i>swap</i>)	-	28.795	-
Debêntures (Vênus)	-	-	1.784
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Derivativo (<i>swap</i>)	-	28.795	-
Debêntures (Vênus)	-	-	1.784

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia mantém um contrato de *swap* de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de *swap* prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

Notas Explicativas

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral, sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do *swap* correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

O instrumento financeiro derivativo é mensurado a valor justo a partir de *inputs* significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Perda instrumentos derivativos	(29.685)	(26.945)
Marcação a mercado derivativos	890	1.791
Total instrumentos financeiros derivativos	<u>(28.795)</u>	<u>(25.154)</u>
Passivo Circulante	(14.513)	(9.466)
Passivo Não circulante	(14.282)	(15.688)
	<u>(28.795)</u>	<u>(25.154)</u>

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do *swap* segregado por período:

Prazo	2018	2019	2020	Total
Valor	(6.466)	(15.038)	(7.291)	(28.795)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa 18. O vencimento das debêntures ocorrerá em janeiro de 2021, porém a 1ª série da emissão foi liquidada antecipadamente em 2017.

A 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista do valor resultante da diferença (se positiva) entre (i) a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e (ii) o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo do prêmio está registrado a *Fair Value Option*, representando o cálculo do valor a ser pago de acordo com a precificação das ações da Triunfo projetada para a data de vencimento das debêntures. Em 30 de setembro de 2018, o valor justo do prêmio corresponde a R\$1.784 (R\$19.775 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,50% para o ano de 2018 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

- *Triunfo (Controladora e consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Triunfo (Controladora)	CDI	27	20	13
Econorte	CDI	3.824	2.868	1.912
Concer	CDI	56	42	28
Transbrasiliana	CDI	549	411	274
BR Vias holding	CDI	15	11	8
Concebra	CDI	860	645	430
Rio Claro	CDI	7.361	5.520	3.680
R\$195.227 (*)		12.692	9.517	6.345
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,50%	4,88%	3,25%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2018 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2018, foram definidos os cenários prováveis para o exercício e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

- *Triunfo (Controladora e Consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Fiança Bancária FINEP - ABC	CDI	43	54	65
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	CDI	2.226	2.783	3.339
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP	CDI	1.585	1.981	2.377
Multiestratégia				
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	CDI	177	221	265
Fiança Bancária FINEP - Santander	CDI	539	674	809
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	3.055	3.819	4.583
Cédula de crédito bancário - ABC	CDI	639	799	959
Financiamento de imobilizado - FINEP	TJLP	74	93	111
Cédula de crédito bancário - Avalista	CDI	425	531	637
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	CDI	528	660	792
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	2.568	3.210	3.852
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	CDI	1.813	2.266	2.719
Empréstimo Ponte - BNDES A e B	TJLP	13.818	17.272	20.727
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	CDI	319	398	478
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	CDI	391	489	586
Conta garantida - Santander	CDI	873	1.092	1.310
Empréstimo Ponte - BNDES	TJLP	60.991	76.239	91.486
Cédula de crédito bancário - BDMG	CDI	994	1.242	1.490
Empréstimo Ponte - BDMG	CDI	1.710	2.138	2.566
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	CDI	2.854	3.567	4.281
Finem - BNDES	TJLP	10.608	13.260	15.912
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	936	1.170	1.405
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	1.019	1.273	1.528
R\$1.615.650 (*)		108.185	135.231	162.277
Debêntures - Econorte	CDI	7.406	9.257	11.108
Debêntures - Concer	CDI	6.647	8.308	9.970
Debêntures – Triunfo (Vessel)	IPCA	1.037	1.297	1.556
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	7.722	9.652	11.583
R\$320.751 (*)		22.812	28.514	34.217
Notas Promissórias – Concer (i)	CDI	8.515	10.643	12.772
R\$130.994 (*)				
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	9,60%	12,00%	14,40%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	TJLP	6,75%	8,44%	10,13%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IPCA	4,30%	5,38%	6,45%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2018

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Notas Explicativas

Para verificar a sensibilidade do prêmio da debênture da controlada Vênus, foi definido o cenário provável para o ano de 2018, e a partir deste foram calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

- *Vênus (Consolidado)*

Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Risco da ação da Triunfo (i)	17.085	- 50% (1.548)	- 25% (975)	25% 1.363	50% 3.081

- (i) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da Triunfo para 31 de dezembro de 2018, conforme consulta à Bloomberg.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

- Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

- Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

- Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas Explicativas

- Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

- Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 17)	127.663	131.069	1.618.620	1.634.628
Debêntures (nota explicativa 18)	24.125	43.484	322.535	432.068
Notas promissórias (nota explicativa 19)	-	-	130.994	171.680
Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 29, item c)	-	-	28.795	25.154
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 4)	(421)	(3.782)	(177.691)	(376.131)
(-) Caixa restrito (nota explicativa 5)	-	-	(939)	(3.983)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 6)	-	-	(36.678)	(25.140)
Dívida líquida	151.367	170.771	1.885.636	1.858.276
Patrimônio líquido	1.170.117	1.205.340	1.279.139	1.330.810
Total do capital	1.321.484	1.376.111	3.164.775	3.189.086
Índice de alavancagem financeira - %	11,45	12,41	59,58	58,27

30. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Segmento Rodoviário: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Triunfo Convale, e CTVias;
- Projetos Portuário: TPI-Log, TPB e Santa Cruz;
- Segmento de Energia: Juno;
- *Holding*: a Companhia;
- Outros: Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, e Vênus.

As controladas em conjunto, consolidadas pela Juno, que atuam no segmento de energia (Tijóá e CSE) não são consolidadas pela Triunfo e encontram-se destinadas à venda (vide nota explicativa 13). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa 3, item v).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Notas Explicativas

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/09/2018						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	921.858	-	-	-	-	-	921.858
Custos dos serviços prestados	(612.955)	-	-	-	-	-	(612.955)
Lucro bruto	308.903	-	-	-	-	-	308.903
Receitas (Despesas) operacionais	(140.996)	(214)	(17)	(3.727)	(86.635)	26.593	(204.996)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	167.907	(214)	(17)	(3.727)	(86.635)	26.593	103.907
Resultado financeiro	(241.080)	-	-	11.392	4.408	-	(225.280)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(73.173)	(214)	(17)	7.665	(82.227)	26.593	(121.373)
Imposto de renda e contribuição social	23.976	-	-	-	-	-	23.976
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(49.197)	(214)	(17)	7.665	(82.227)	26.593	(97.397)
Operações descontinuadas							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	10.897	-	10.897	(10.897)	10.897
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(49.197)	(214)	10.880	7.665	(71.330)	15.696	(86.500)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	15.170	15.170
Lucro (prejuízo) líquido do período	(49.197)	(214)	10.880	7.665	(71.330)	30.866	(71.330)
Ativos totais por segmento	3.890.994	131.207	30.455	157.571	1.605.947	(1.580.445)	4.235.729
Passivos totais por segmento	3.093.253	-	15.040	129.411	435.830	(716.944)	2.956.590
30/09/2017							
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.130.123	-	-	-	-	-	1.130.123
Custos dos serviços prestados	(792.589)	-	-	-	-	-	(792.589)
Lucro bruto	337.534	-	-	-	-	-	337.534
Receitas (Despesas) operacionais	(146.738)	(157)	(1)	(1.088)	(751.464)	82.822	(816.626)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	190.796	(157)	(1)	(1.088)	(751.464)	82.822	(479.092)
Resultado financeiro	(323.909)	(5.879)	-	(2.666)	(98.125)	-	(430.579)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(133.113)	(6.036)	(1)	(3.754)	(849.589)	82.822	(909.671)
Imposto de renda e contribuição social	46.696	-	-	-	50.191	-	96.887
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(86.417)	(6.036)	(1)	(3.754)	(799.398)	82.822	(812.784)
Operações descontinuadas							
Resultado de operações descontinuadas	-	5.337	5.467	-	(20.917)	(10.804)	(20.917)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(86.417)	(699)	5.466	(3.754)	(820.315)	72.018	(833.701)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	13.386	13.386
Lucro (prejuízo) líquido do período	(86.417)	(699)	5.466	(3.754)	(820.315)	85.404	(820.315)
Ativos totais por segmento (31/12/2017)	3.926.200	145.489	19.559	362.508	1.859.860	(1.724.580)	4.589.036
Passivos totais por segmento (31/12/2017)	3.178.209	28.506	15.022	340.536	654.520	(958.567)	3.258.226

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

31. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados à concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2018	18.564
2019 a 2021	45.578
	<u>64.142</u>

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 4,71016 aprovado em 2016.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita de construção	7.430	84.034
Custo de construção	(7.430)	(82.016)
	<u>-</u>	<u>2.018</u>

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão (vide nota explicativa 3, item i).

b) Concepa

Até 30 de setembro de 2018 os compromissos de investimento estabelecidos no contrato de concessão foram integralmente cumpridos. Em 03 de julho de 2018 foi encerrado o prazo da prorrogação do contrato de concessão da Concepa, encerrando as operações da concessionária na mesma data.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita de construção	-	37.425
Custo de construção	-	(37.425)
	<u>-</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão, o Programa de Exploração da Rodovia - PER passou a prever investimentos no montante de R\$283.081 com o seguinte cronograma de desembolsos:

Notas Explicativas

Ano	Valor
2018	44.819
2019	56.207
2020	84.852
2021	97.203
	283.081

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/2018	30/09/2017
Receita de construção	9.541	32.766
Custo de construção	(9.541)	(32.766)
	-	-

d) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Ano	Valor
2018	907.831
2019	1.006.546
2020	406.434
2021 até 2044	5.416.198
	7.737.009

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/2018	30/09/2017
Receita de construção	80.309	60.578
Custo de construção	(78.274)	(59.042)
	2.035	1.536

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2018	20.541
2019	12.012
2020	40.314
2021	10.892
2022	27.878
2023 até 2032	182.839
	294.476

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita de construção	31.554	9.084
Custo de construção	(31.554)	(9.084)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

32. Eventos subsequentes

i) Intervenção - Econorte

No dia 04 de outubro de 2018, o Governo do Estado do Paraná, por meio do Decreto nº 11.239/18 publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, declarou a intervenção no Contrato de Concessão nº 71/1997, posteriormente alterado para inspeção, celebrado entre a controlada Econorte o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR.

A inspeção terá prazo inicial de até 180 dias, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos. Não competirá ao inspetor o exercício de nenhum ato de gestão da Econorte.

ii) Execução de multa - Viracopos

No dia 08 de outubro de 2018, em julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi dado provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, referente ao impedimento de execução da multa por suposta não efetivação tempestiva de investimentos previstos na fase I-B do Contrato de Concessão e das respectivas apólices de seguro e do processo administrativo tendente à decretação da caducidade da concessão da controlada em conjunto Viracopos.

Como resultado desse julgamento, foi cassada a decisão judicial proferida em 09 de maio de 2018 pela 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas. Vide contexto geral do ativo nas notas explicativas 1.1, item ii e 3, item v.

iii) Redução da tarifa de pedágio - Concer

A partir do dia 15 de outubro de 2018, por deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), foi determinado o reajuste da tarifa de pedágio da controlada Concer, passando de R\$12,40 para R\$10,80.

Ainda, a ANTT alterou unilateralmente os valores e datas de pagamentos relacionados aos aportes previstos no 12º termo aditivo ao Contrato de Concessão da Concer. A Concer já adotou medidas judiciais em face das deliberações da ANTT, pois entende que, tanto os valores apresentados como as datas previstas, descumprem os termos do 12º termo aditivo e desrespeitam o processo administrativo.

iv) Restabelecimento da concessão - Concepa

No dia 11 de outubro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF1”) deferiu o pedido de antecipação de tutela no sentido de reestabelecer o contrato de concessão para operação dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS), porém os efeitos foram suspensos por decisão do Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 30 de outubro de 2018. Em 01 de novembro de 2018 foi realizado o leilão para a operação da concessão da Rodovia de Integração do Sul (RIS) que engloba os trechos anteriormente administrados pela Concepa, desta forma, não há expectativa de retomada da operação. Vide contexto geral do ativo nas notas explicativas 1.1, item iii), e 3, item i).

Notas Explicativas

v) Duplicação e Reajuste da tarifa de pedágio - Transbrasiliana

Em 16 de outubro de 2018, foi proferida decisão judicial que deferiu o pedido liminar da controlada Transbrasiliana, determinando à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que autorize, no prazo de quinze dias, o início das obras de duplicação dos Lotes 01 (entre o km 0 e 52) e 03 (entre o km 162 e 195) da Rodovia BR-153/SP, mediante o concomitante reequilíbrio do contrato de concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio. A decisão tem como objetivo garantir a segurança dos usuários da rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:					Posição em 30 de setembro de 2018 (Em Mil Ações)	
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	8.966	5,09	-	-	8.966	5,09
Explorador Capital Management (i)	20.033	11,38	-	-	20.033	11,38
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.502	0,85	-	-	1.502	0,85
Miguel Ferreira Aguiar	892	0,51	-	-	892	0,51
Wilson Piovezan	88	0,05	-	-	88	0,05
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Ana Cristina S Costa Carvalho	9	0,01	-	-	9	0,01
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	43.667	24,81	-	-	43.667	24,81
Total	176.000	100,00	-	-	176.000	100,00

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de setembro 2018 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
Total	135.359	100,0	-	-	135.359	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de setembro de 2018						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	20.032.550	11,38	-	-	20.032.550	11,38
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.502.082	0,85	-	-	1.502.082	0,85
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
Administradores						
Diretoria	609.544	0,35	-	-	609.544	0,35
Conselho de Administração (exceto controladores)	121	0,00			121	0,00
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	52.632.585	29,90	-	-	52.632.585	29,90
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de setembro de 2017						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	20.817.100	11,83	-	-	20.817.100	11,83
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.532.667	0,87	-	-	1.532.667	0,87
Miguel Ferreira Aguiar	962.467	0,55	-	-	962.467	0,55
Wilson Piovezan	582.467	0,33	-	-	582.467	0,33
Administradores						
Conselho de Administração	121	0,00	-	-	121	0,00
Diretoria	630.000	0,36	-	-	630.000	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	51.231.778	29,10	-	-	51.231.778	29,10
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR, emitido com abstenção de conclusão

Aos

Administradores e Acionistas da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Em função dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Conforme mencionado anteriormente neste parágrafo, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusao

Conforme mencionado nas Notas Explicativas no 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte (“Econorte”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”), em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juizes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, o qual investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

Adicionalmente a esses fatos, em 4 de outubro de 2018, por meio do Decreto n.º 11.239/18, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, o Governo do Estado declarou intervenção na concessionária Econorte pelo prazo inicial de até 180 dias, posteriormente alterada para “inspeção” por decisão da Justiça Federal do Paraná. Não competirá ao inspetor o exercício de nenhum ato de gestão da Econorte.

As ações para a investigação interna coordenada pelo Comitê Independente ainda se encontram em andamento e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação, bem como pelas investigações conduzidas pelas autoridades públicas. Desta forma, temos incertezas significativas e generalizadas dos possíveis efeitos que as denúncias, suspeitas de atos ilícitos e vantagens indevidas podem suscitar sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Além disso, o processo de investigação interna da Companhia inclui como custodiantes (investigados) os executivos responsáveis por firmar representação, conforme requerido pelas normas de revisão.

Abstenção de conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo incluído na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1.1 i), 1.3 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018. Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e controladas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1, 13 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, onde a Administração detalha o plano para continuidade operacional da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. visto ao descumprimento de suas obrigações financeiras e/ou exposição negativa de capital circulante líquido. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 3 i), o prazo da concessão operada pela controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. se encerrou em 3 de julho de 2017. A partir dessa data as operações desta controlada foram realizadas por força do 14º aditivo ao contrato original de concessão por um período adicional de 12 meses que se encerrou em 3 de julho de 2018. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, além da alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 1.1 ii) e 3 v) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito nas referidas notas explicativas. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa no. 2.6 foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 15 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância do assunto incluído na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

São Paulo, 06 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC- 2SP034519/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 06 de novembro de 2018.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho

Diretora Administrativo-Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e discordou, por unanimidade, da opinião exposta no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 06 de novembro de 2018 relativo ao período encerrado em 30 de setembro de 2018, que possui abstenção de conclusão. A Administração entende que realizou todos os esforços para auxiliar os auditores a obter o conforto necessário para a emissão de opinião sobre as Informações Trimestrais da Companhia, uma vez que a investigação conduzida pelo Comitê Independente ainda está em andamento.

São Paulo, 06 de novembro de 2018.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho

Diretora Administrativo-Financeiro